



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**ICMBIO ILHÉUS**

Caixa Postal 205, - Bairro Centro - Bahia - Ilhéus - CEP 45653-970

Telefone: (73) 3214-3014/ (61) 2028-9894

**ATA DA 05ª REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PNSL, REALIZADA EM  
19 DE JUNHO DE 2019, NO PA SANTO ANTÔNIO**

A reunião iniciou às 9:45 do dia 19 de junho de 2019, na Casa Grande do Assentamento Santo Antônio. Estavam presentes Eusínio Santos, José Zito Loiola, Enemilton da Silva Loiola, Ivone Loiola, Maria da Graça de Souza, Avani Oliveira, Maria da Glória Souza Góes, Edna Augusta dos Santos, Maria Jaciara Vieira, Evanilda Vieira Andrade, Rosilene Ferreiras Santos, Kézia Vieira dos Santos, Gidevaldo dos Santos, Gildete Correia, Raimundo França, Valmirando Cruz, Gersina Pereira de Jesus, Laíne de Jesus Monteiro, Lourival Brito da Silva, Valda Ferreira Santos, Robson Correia, José Augusto de Jesus e José Alex Monteiro Góes, do PA Santo Antônio Aderaldo Azevedo, Genildo Costa, Prefeitura de Arataca, Nayara Lobo e Tatiana Franco, NGI ICMBio Ilhéus. A abertura da reunião foi feita através de uma prece, seguida da fala do presidente “Santo”, do PA Santo Antônio. Ele agradeceu aos presentes e explicou o que seria a reunião. Logo após, Nayara solicitou que todos se apresentassem e falou sobre o objetivo da reunião. Tatiana sugeriu que as dúvidas que não tivessem a ver com o tema, ela responderia ao final. Explicou o que é o ICMBio, seu papel e área de atuação. Falou sobre Unidade de Conservação como política pública de meio ambiente, criação e objetivos do PNSL. Valda perguntou como viver de reforma agrária em lotes com a maior parte de mata. Tatiana perguntou se poderia responder logo ou deixava para o final. Ficou acordado que ela responderia no final da reunião. Raimundo falou que viu uma reportagem na TV sobre problema de briga do Brasil com outros países por causa da Amazônia. Tatiana explicou que os governos anteriores fizeram convênios com outros países para preservar a Amazônia, contribuindo com dinheiro para fazer os projetos de conservação, mas que o governo atual quer acabar com os apoios, pois acredita que esses países têm interesse na soberania da Amazonia.[I1] . Aderaldo citou exemplos de espécies que estavam virando “praga” na região, como caititu que não tem mais predadores, como a suçuarana, e acaba atacando as plantações de mandioca. Eusínio enfatizou a importância de preservar e que plantas são remédios. Aderaldo questionou que, se acabarem as plantas, como criar os medicamentos? Falou da importância de preservar as áreas protegidas. Tatiana falou sobre a importância da educação aliada à fiscalização. Eusíndio falou que há 30 anos existia caruncho na região, e que hoje não se vê nem grilo, mangangás e abelhas, que foram extintos pelo uso de agrotóxicos. Ele afirma que se o governo não fizer alguma coisa para melhorar a agricultura, o meio ambiente vai ficar prejudicado. Foi citado que o jaborandi é anestésico e que a copaíba é conhecida como pau óleo. Robson informou que o PNSL foi implantado em 2010 e o assentamento foi criado há 20 anos, mas que os posseiros não podem mexer na mata. Tatiana esclareceu que não há assentamento dentro do Parque, e sim na ZA. Robson perguntou se há um padrão de área para ZA e Tatiana respondeu que, geralmente, são utilizados marcos naturais e que os limites são definidos no decreto de criação da UC. Aderaldo falou da importância da ZA para não impactar o parque pelo uso de agrotóxicos, por exemplo. Surgiu o assunto de indenização. Tatiana explicou que o Estado compra a terra para ficar preservada, e deu exemplo de construção de hidrelétrica, que desapropria as áreas afetadas. Falou que o Governo faz indenização aos poucos, porque não tem dinheiro para pagar todo mundo de uma só vez. Explicou como funcionam os critérios de avaliação das propriedades a serem adquiridas. José Zito perguntou se os limites do PNSL continuam os mesmos, mantendo-se o limite com o rio aliança. Aderaldo informou que há placas do ICMBio nas entradas principais dos limites do Parque. Tatiana explicou que depois de decretada a UC os limites dificilmente mudam, mas que durante a criação são realizadas audiências públicas para apresentação da proposta de limites, o que pode ocasionar a alterar da mesma. Alertou para que as pessoas não confundam ZA com a UC. Aderaldo informou que em 2010, numa audiência, foi discutida a possibilidade do Parque

com 18 mil hectares, mas que depois ficou definido 11.700 hectares. Um morador do PA perguntou sobre extração de minério no Parque. Tatiana explicou que, pelo Decreto de criação do PNSL é prevista mineração na ZA, com o devido licenciamento. Genildo (Lucas) polemizou sobre a história da criação do Parque e interesses no minério. Tatiana falou que poderia discutir sobre isso se desse tempo. Houve alvoroço ao mostrar imagens de espécies existentes no PNSL. A comunidade citou vários exemplos, como por exemplo, o jupará ser conhecido como macaco da noite. Nayara iniciou sua fala esclarecendo o que é Conselho, o que ele faz e como funciona. Explicou que a Lei 9985/2000 determina que toda Unidade de Conservação deve ter um Conselho, portanto, que o ICMBio está executando seu trabalho. A apresentação seguiu a linha participativa, com questionamentos sobre o conceito de ZA, a representação do Conselho e sua função. Os participantes responderam e deram palpites, o que proporcionou uma construção coletiva do conhecimento trabalhado. Ao final, Tatiana respondeu à pergunta da Valda sobre lotes do PA com muita área de mata nativa. Tatiana informou que cabe ao INCRA responder questionamentos sobre o PA, mas que irá informar sobre a legislação ambiental vigente: Atualmente, é preciso deixar 20% da área de Reserva Legal, além das APPs, Área de Preservação Permanente, que ficam no entorno dos corpos d'água. As áreas restantes, quando não ocupadas por matas nativas, são destinadas ao uso alternativo do solo, ou seja, as estradas, lotes familiares, áreas coletivas entre outras. Existe uma legislação que não permite a criação de PAs em propriedades com mais de 60% de mata nativa. Porém, o PA Santo Antônio é antigo, anterior a esta legislação, portanto alguns assentados ficaram com lotes de área aberta, enquanto outros ficaram com lote coberto de mata. Neste caso, Tatiana propôs encaminhar a questão para o INCRA, que ao ver dela, pode ser: (I) mostrar a inviabilidade econômica desses lotes com muita mata nativa e propor o reassentamento destas famílias ou (ii) avaliar uma possível alteração dos limites dos lotes, considerando as áreas de matas e as áreas coletivas, mas enfatiza que o INCRA é quem pode informar se isso é viável. Aderaldo tentou conscientizar os presentes para não mexer nas áreas de mata. Foram feitas mais perguntas sobre divisão de lotes e posses pelo INCRA. Nayara interveio, diante da exaltação dos participantes, de que de nada adiantaria discutir e ficar nervoso, pois o ICMBio não tem gerência sobre os loteamentos, que isso é atribuição do INCRA. O PA Santo Antônio manifestou interesse em participar do conselho do PNSL e questionou se é necessário algum pré-requisito para o representante do PA no Conselho, como idade, por exemplo. Tatiana informou que basta ser associado e recomendou que seja uma pessoa que repasse as informações aos associados.

Essa Ata foi redigida por mim, Nayara Lobo, Técnica Administrativa do ICMBio.



Documento assinado eletronicamente por **NAYARA MENEZES LOBO**, Técnico Administrativo, em 15/07/2019, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **5390587** e o código CRC **8BF6A9C4**.